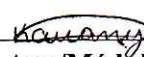


CURSO	DISCIPLINA	PROFESSORA	DATA	MENÇÃO	CIENTE
3º Serviço Jurídico	Língua Portuguesa, Literatura	Renata Fernandes	09/10	B	
NOME ALUNO (A): Kauany Amos de Gena Silva					Ano/Módulo:

Bases Tecnológicas	Habilidades Trabalhadas	Critérios de Desempenho
Texto Dissertativo-Argumentativo	Interpretação textual com base em reflexões;	Assunto, Estilo e Gramática

ITENS QUE SERÃO AVALIADOS	
I- ASSUNTO	1- Conhecimento do assunto; 2- Seleção de ideias em função do tema; 3- Coerência das ideias dentro do contexto;
II- ESTILO	1- Clareza, propriedade, precisão; 2- Criatividade;
III- GRAMÁTICA	1- Ortografia; 2- Pontuação; 3- Morfologia

Observações:

Produção Textual: Texto Dissertativo- Argumentativo

Apresento a proposta de produção de texto Dissertativo Argumentativo:

A partir das reflexões e leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Material de Apoio: Textos

Bom Trabalho!
Renata Fernandes

TEXTO I

Você sabe quais são as comunidades e os povos tradicionais brasileiros?

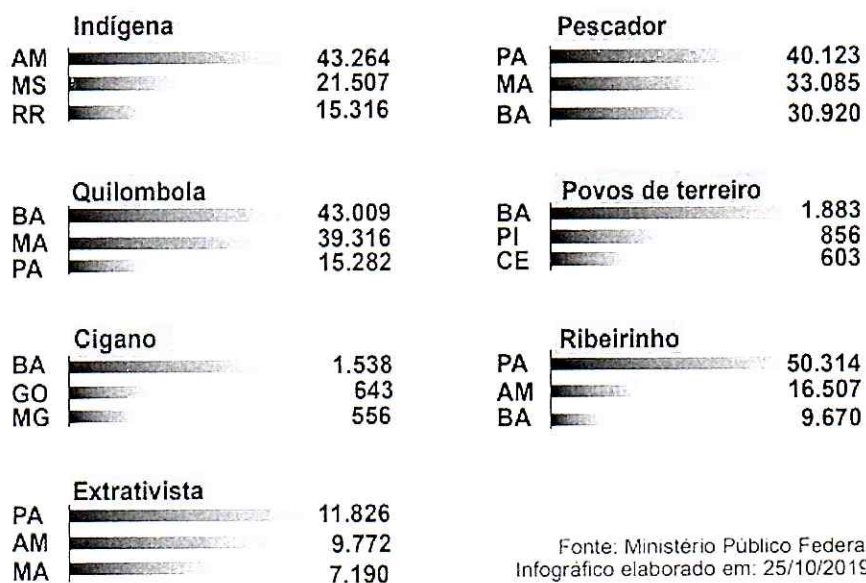
Talvez indígenas e quilombolas sejam os primeiros que passam pela cabeça, mas, na verdade, além deles, existem 26 reconhecidos oficialmente e muitos outros que ainda não foram incluídos na legislação. São pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, apanhadores de flores sempre-vivas, caatingueiros, extrativistas, para citar alguns, todos considerados culturalmente diferenciados, capazes de se reconhecerem entre si. Para uma pesquisadora da UnB, essas populações consideram a terra como uma mãe, e há uma relação de reciprocidade com a natureza. Nessa troca, a natureza fornece “alimento, um lugar saudável para habitar, para ter água. E elas se responsabilizam por cuidar dela, por tirar dela apenas o suficiente para viver bem e respeitam o tempo de regeneração da própria natureza”, diz.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado)

TEXTO II

Povos tradicionais do Brasil

Estados com a maior concentração de famílias



Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO III

Povos e comunidades tradicionais

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) preside, desde 2007, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2006. Fruto dos trabalhos da CNPCT, foi instituída, por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT foi criada em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado. Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO IV

Carta da Amazônia 2021 Aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)

Não podia ser mais estratégico para nós, Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras, reafirmarmos a defesa da sociobiodiversidade amazônica neste momento em que o mundo volta a debater a crise climática na COP26. Uma crise que atinge, em todos os contextos, os viventes da Terra! Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros. Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado, com empresas que apoiam legislações ambientais que ameaçam nossos direitos e com mecanismos de financiamento que não condizem com a realidade dos nossos territórios. Propomos o que temos de melhor: a experiência das nossas sociedades e culturas históricas, construídas com base em nossos saberes tradicionais e ancestrais, além de nosso profundo conhecimento da natureza. Inovação, para nós, não pode resultar em processos que venham a ameaçar nossos territórios, nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e produzir. Amazônia, Brasil, 20 de outubro de 2021.

Entidades signatárias: CNS; Coiab; Conaq; MIQCB; Coica; ANA Amazônia e Confrem

Disponível em: <https://s3.amazonaws.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

Título: A luta pela inclusão e o apoio das comunidades tradicionais brasileiras
A valorização da comunidade tradicional brasileira que nela está in-
cluindo a população indígena, quilombas, ribeirinho, cigano, pescador, extra-
tivista e povo de terreiro, é um grande desafio no nosso país. Essas popula-
ção tem obstáculos para que suas tradições e direitos sejam realmente valo-
rizado e respeitado, onde a exploração econômica e a falta de política pública difi-
cultam.

O reconhecimento dos direitos da comunidade, diante a Constituição Bra-
sileira de 1988, que garante a proteção e o direito à moradia para esses povos,
que esperam pela desmarcação dos territórios, que mesmo sendo algo que deve-
ria ser simples, acaba virando um processo longo. Em alguns casos a falta de
segurança gera situações de conflitos com empresas, fazendeiros que veem potência
econômica nestes territórios, conhecidas como mãe onde "alimentos, um lugar
saudável para habitar, para ter água".

Outro desafio é a preservação as tradições e culturas por conta da forte mu-
dança da sociedade moderna. Com a globalização e a influência, acaba que pesso-
as deixem suas raízes e vão atrás de oportunidades, gerando assim, a desvaloriza-
ção e o preconceito com a cultura.

Para que essas comunidades sejam de fato valorizadas, é necessário que a
política pública não seja apenas para o posse de terras, mas também à inclusão
e o respeito as culturas. É essencial que a população brasileira como um todo
reconheça a importância dessas tradições e culturas, não apenas para proteger
os direitos, e sim para preservar o que torna o Brasil diversificado dos de mais
países.

No entanto, ao enfrentar os desafios do reconhecimento da preservação da
cultura e proteção ambiental, não é apenas para defender esses povos, mas
também para promover uma sociedade mais justa. Somente com respeito, inclu-
são e apoio, somos capazes de construir um país que comemore a diversidade
do povo.

Título: A luta pela inclusão e o apoio das comunidades tradicionais brasileiras

A valorização da comunidade tradicional brasileira que nela está incluindo a população indígena, quilombas, ribeirinho, cigano, pescador, extrativista e povo de terreiro, é um grande desafio no nosso país. Essas populações tem obstáculos para que suas tradições e direitos sejam realmente valorizados e respeitados, onde a exploração econômica e a falta de política pública dificultam.

O reconhecimento dos direitos da comunidade, diante a Constituição Brasileira de 1988, que garante a proteção e o direito à moradia para esses povos, que esperam pela desmarcação dos territórios, que mesmo sendo algo que deveria ser simples, acaba virando um processo longo. Em alguns casos a falta de segurança gera situações de conflitos com empresas, fazendeiros que veem potência econômica nestes territórios, conhecidas como mãe onde "alimentos, um lugar saudável para habitar, para ter água".

Outro desafio é a preservação as tradições e culturas por conta da forte mudança da sociedade moderna. Com a globalização e a influência, acaba que pessoas deixem suas raízes e vão atrás de oportunidades, gerando assim, a desvalorização e o preconceito com a cultura.

Para que essas comunidades sejam de fato valorizadas, é necessário que a política pública não seja apenas para o passe de terras, mas também à inclusão e o respeito as culturas. É essencial que a população brasileira como um todo reconheça a importância dessas tradições e culturas, não apenas para proteger os direitos, e sim para preservar o que torna o Brasil diversificado dos de mais países.

No entanto, ao enfrentar os desafios do reconhecimento da preservação da cultura e proteção ambiental, não é apenas para defender esses povos, mas também para promover uma sociedade mais justa. Somente com respeito, inclusão e apoio, somos capazes de construir um país que comemore a diversidade do povo.

intervenção

←